

Os deputados do Alentejo durante a I República. Perfil social e político

The Deputies from the Alentejo during the Portuguese First Republic. Social and political profile

Manuel Baiôa

Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora

Investigador do CIDEHUS, Universidade de Évora

E-mail: manuelbaioa@hotmail.com

ORCID: 0000-0003-3176-5690

DOI: <https://doi.org/10.34628/d9ye-vf27>

Sumário

1. Introdução
 2. Perfil etário dos deputados
 3. A origem geográfica dos deputados
 4. A formação académica dos deputados
 5. A profissão dos deputados
 6. Os deputados da constituinte e a experiência política
 7. A experiência política dos deputados no Governo e nos cargos políticos a nível local
 8. Os deputados e a Maçonaria
 9. Mudanças de regime e a continuidade/descontinuidade da classe política
 10. Conclusão
- Anexos: quadro com os deputados eleitos nos círculos do Alentejo

Resumo: Este estudo incide sobre o perfil social e político dos deputados eleitos pelos seis círculos eleitorais do Alentejo durante a I República portuguesa (1910-1926). Analisamos os tópicos referentes à idade, origem geográfica, formação académica e as profissões dos deputados. No referente ao perfil político estudamos a sua experiência nos cargos governamentais e locais, a pertença à Maçonaria e aos partidos políticos, e por fim, a continuidade/descontinuidade da classe política nas mudanças de regime. **Palavras-chave:** Eleições; Deputados; Elite; I República; Portugal; Alentejo.

Abstract: This study focuses on the social and political profile of the deputies elected by the six electoral districts of the Alentejo during the Portuguese First Republic (1910-1926). We analysed topics referring to age, geographic origin, academic background and professions of deputies. Regarding the political profile, we studied their experience in national and local government, their membership in Freemasonry and political parties, and finally, the continuity/discontinuity of the political class in regime changes.

Keywords: Elections; Deputies; Elite; 1st Republic; Portugal; Alentejo.

1. Introdução

Neste estudo sobre o perfil social e político dos deputados eleitos pelos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel) apresentamos os resultados de uma investigação mais vasta realizada sobre as eleições legislativas nesta região durante a I República¹. No inquérito prospetivo realizado utilizaram-se como

fontes principais a documentação depositada no Arquivo Histórico Parlamentar², a imprensa, os dicionários e obras gerais sobre a I República³, bem como outros estudos que constam da bibliografia deste artigo que ajudaram a complementar as informações recolhidas sobre os deputados. Utilizamos ainda o estudo “Os deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prospetivo”⁴ sempre que fazemos comparações com o universo total dos deputados eleitos durante a I República, que se cifrou em 751 indivíduos. Durante a I República foram atribuídos ao Alentejo um total de 137 mandatos, distribuídos pelas seguintes eleições: Constituintes de 1911 (24 mandatos), Suplementares de 1913 (cinco mandatos) e Legislativas de 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925 (18 mandatos em cada uma delas). Estes mandatos parlamentares foram exercidos por 91 indivíduos, uma vez que alguns deles foram eleitos em várias legislaturas. É a partir deste universo que vamos traçar o perfil social e político dos deputados então eleitos pelo Alentejo. Os dados foram agregados por cada uma das legislaturas e para o conjunto da I República. Para as características suscetíveis de mudar com o tempo, como a idade e a profissão, entre outras, tomou-se como critério a data das eleições. Os deputados da Assembleia Constituinte e das eleições Suplementares de 1913 foram analisados em alguns aspetos em conjunto, pois formaram a primeira legislatura (1911-1915)⁵.

1 Esta investigação foi financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020 e desenvolvida pelos investigadores Manuel Baiôa, António José Queiroz e Pedro Figueiredo Leal, tendo já sido publicados alguns artigos. Outros estão no prelo, bem como um livro sobre “As Eleições Legislativas no Alentejo durante a I República”. Cf., Leal, 2021; Baiôa, 2020, 2021a e 2021b.

2 AHP – Secção IX, caixas 52 a 53; 90 a 93; 136 a 140; 225 a 231; 267-267 A; 277 a 280; 334 a 338; 384 a 388; 446 a 451.

3 Marques, 2000; Rollo, 2013.

4 Almeida, Fernandes, Santos, 2006.

5 A constituição de 1911 estabeleceu um sistema parlamentar com duas câmaras, o Congresso, desdobrado na Câmara dos Deputados (163 deputados) e no Senado (71 senadores). Os constituintes elegeram os primeiros senadores ao abrigo do artigo 84.º da

A maioria dos estudos que se debruça sobre as eleições legislativas da I República e sobre a prosopografia dos deputados assenta quase exclusivamente nos trabalhos de A. H. de Oliveira Marques⁶. Estes estudos foram pioneiros e de grande profundidade, mas contêm algumas omissões e imprecisões. A identificação dos deputados eleitos foi estabelecida recorrendo principalmente à imprensa, o que levou a algumas incorreções. Os resultados oficiais foram estabelecidos nas atas de apuramento geral e pelo veredito final das comissões de verificação de poderes, que tinha a competência de determinar os deputados eleitos. Algumas das suas decisões alteram os resultados eleitorais inicialmente divulgados na imprensa. Donde, é necessário realizar um trabalho exaustivo de revisão desses resultados, em particular nas eleições de 1919, 1921, 1922 e 1925, aquelas onde existem maiores discrepâncias. Este trabalho começou a ser realizado por alguns investigadores para as eleições de 1911⁷, 1918⁸, 1925⁹ e para o conjunto das eleições da I República¹⁰. Ainda assim, a maioria dos investigadores continua a citar exclusivamente os trabalhos precursores e estruturais de A. H. de Oliveira Marques.

Outro problema recorrente neste tipo de estudos é a identificação dos partidos a que os deputados pertenciam aquando da eleição e ao longo da legislatura. Os normativos legais estabeleciam que as candidaturas a deputado

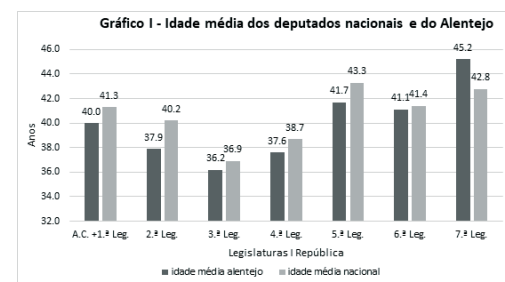
eram apresentadas pelos cidadãos, através de candidaturas individuais, sem a intervenção direta dos partidos políticos¹¹. Ainda assim, estes tentavam organizar as suas candidaturas para cada um dos círculos eleitorais negociando as mesmas com as estruturas locais e nacionais e até com outros partidos políticos. No entanto, surgiam por vezes candidaturas de membros de um determinado partido político contra as orientações e decisões desse mesmo partido. Por outro lado, as mudanças de campo partidário eram frequentes, bem como a passagem a deputado independente, o que dificulta determinar com rigor a filiação política de alguns deputados. Esta é uma matéria onde persistem algumas dúvidas, pois umas fontes são insuficientes e outras contraditórias.

Nos círculos eleitorais do Alentejo identificamos seis deputados que a maioria dos estudos dá como eleitos (segundo os trabalhos pioneiros de A. H. de Oliveira Marques¹²), mas que de facto não o foram, por veredito das comissões de verificação de poderes. Em 1919 foi eleito Francisco Luís Tavares (União Republicana - UR) pelo círculo eleitoral de Beja e não Paulo Limpo de Lacerda (Partido Republicano Português - PRP). Por sua vez, em 1921 foi eleito Baltazar de Almeida Teixeira (PRP) pelo círculo eleitoral de Portalegre, em vez de António Lino Neto (Centro Católico Português - CCP). Ainda no mesmo ano foi eleito José Pais de Vasconcelos Abranches (Partido Republicano Liberal - PRL) pelo círculo de Elvas e não Rui de Andrade (Partido Monárquico / Causa Monárquica - PM/CM). Em 1922 não foi eleito Severino de Santana Marques (PM/CM) no círculo eleitoral de Portalegre, mas António Correia (PRL). Ainda em 1922, no círculo eleitoral de Elvas, os candidatos da direita conservadora António Maria de Sousa Sardinha (Independente / Partido Monárquico / Integralismo Lusitano, ?) e Rui de Andrade (PM/CM) não foram eleitos, tendo ocupado o lugar de deputado António Pais da Silva Marques (PRP). Por fim, em 1925, no círculo eleitoral de Évora,

não foi eleito Luís António Guerreiro Júnior (Esquerda Democrática - ED), mas Manuel Eduardo da Costa Fragoço (PRP)¹³.

2. Perfil etário dos deputados

A idade média da eleição dos deputados durante a I República situou-se nos 40,7 anos¹⁴. Por sua vez, a idade média dos deputados eleitos pelo Alentejo foi ligeiramente mais baixa, situando-se nos 40 anos. Sendo esta média semelhante à Espanha¹⁵, é, porém, mais baixa quando comparada com a maioria dos países europeus, que se situava na casa dos 50 anos¹⁶. Nestes países era necessário passar por uma série de cargos políticos a nível local até conseguir chegar a deputado. Em todas as legislaturas a idade média dos deputados a nível nacional foi ligeiramente superior, quando comparada com a média de idade dos deputados eleitos pelos círculos do Alentejo, com exceção da sétima legislatura (1925-1926), conforme se constata no Gráfico I.



Fontes: AHP – Secção IX, caixas 52 a 53; 90 a 93; 136 a 140; 225 a 231; 267-267 A; 277 a 280; 334 a 338; 384 a 388; 446 a 451; Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 403-406.

A idade média dos deputados eleitos na Assembleia Constituinte e nas eleições Suplementares de 1913 (1.ª Legislatura) nos círculos do Alentejo foi de 40 anos. A nível nacional, foi ligeiramente superior, cifrando-se nos 41,3 anos. A maioria dos deputados eleitos pelo Alentejo tinha feito os seus estudos superiores após a crise de 1890 e alguns haviam vivido as crises académicas de 1907. Urbano Rodrigues (eleito em 1913) e

Constituição: “os primeiros senadores serão eleitos de entre os deputados à Assembleia Nacional Constituinte, maiores de trinta anos. Serão em número de setenta e um, e os restantes membros da Assembleia Nacional Constituinte formarão a primeira Câmara dos Deputados”. Em 1913 foi necessário realizar eleições suplementares para a Câmara dos Deputados, pois o artigo 86.º da Constituição estipulava que seria preciso completar a Câmara logo que esta ficasse “reduzida a menos de cento e trinta e cinco membros”. A Câmara dos Deputados foi ficando diminuída por morte de alguns deputados e por outros motivos. Nas eleições suplementares de 16 de novembro de 1913 foram eleitos 37 deputados, 5 dos quais pelos círculos do Alentejo.

6 Marques, 1978, 1980, 1991 e 2000.

7 Ravara, 1981; Pinto 2021.

8 Silva, 2006.

9 Queirós, 2008; Queiroz, 2010; Baião, 2015a.

10 António José Queiroz publicou em 2021 um livro com uma revisão global dos resultados das eleições legislativas da I República a nível nacional, com base em fontes do Arquivo Histórico Parlamentar (Queiroz, 2021).

11 Cf., artigos 41.º e 42.º do Decreto-Lei de 14 de março de 1911; Art.º 33.º da Lei n.º 3 de 3 de julho de 1913; Art.º n.º 8.º da Lei n.º 314, de 1 de junho de 1915; Art.º n.º 9.º da Lei n.º 314, de 1 de junho de 1915. Veja-se a Portaria n.º 2788, de 16 de junho de 1921 que esclareceu as duas formas de apresentar a candidatura.

12 Marques, 1978: 589-644; Marques, 2000.

13 Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP), Secção IX, Caixas 279 A, 334, 335, 384, 385A e 448.

14 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 403-406.

15 Gómez-Navarro, Moreno Luzón, Rey Reguillo, 1998: 109-110.

16 Best, Cotta, 2000.

Aureliano Lopes de Mira Fernandes (eleito em 1911) eram os mais novos, com 25 e 26 anos respetivamente. José Jacinto Nunes era o mais velho, com 71 anos, e uma longa carreira política ao serviço do Partido Republicano Português.

Na segunda legislatura (1915-1918) os deputados eleitos pelo Alentejo continuaram a ser um pouco mais novos (37,9 anos) do que a média nacional (40,2 anos). Urbano Rodrigues, então com 26 anos, voltou a ser o mais novo; António Aresta Branco e Manuel de Brito Camacho, os mais velhos, com 53 anos. Na terceira legislatura (1918-1919) houve uma grande renovação e rejuvenescimento dos deputados, sendo a média de idades a nível nacional de 36,9 anos e no Alentejo de 36,2 anos. Nesta Província foi eleito um deputado com apenas 19 anos, Jorge Augusto Botelho Moniz. Os mais velhos foram António Miguel de Sousa Fernandes e Joaquim Nunes Mexia com 48 anos.

Na quarta legislatura (1919-1921) houve uma subida da média de idades dos deputados, tanto a nível nacional (38,7 anos) como no Alentejo (37,6 anos). Embora tenha havido alguma renovação, regressaram alguns deputados que haviam sido eleitos nas duas primeiras legislaturas. Plínio Octávio de Santana e Silva, com 28 anos, foi o deputado mais novo e António Aresta Branco e Manuel de Brito Camacho, com 57 anos, voltaram a ser os mais velhos.

Na quinta legislatura (1921) houve uma subida acentuada na média de idades dos deputados. A vitória do Partido Republicano Liberal e a entrada de alguns deputados monárquicos e católicos na Câmara dos Deputados ditou a eleição de um maior número de deputados conservadores, com idade mais elevada. A média a nível nacional cifrou-se nos 43,3 anos e no Alentejo nos 41,7 anos. José Gomes de Carvalho de Sousa Varela, com 28 anos, foi o deputado mais novo a ser eleito nos círculos do Alentejo; Manuel de Brito Camacho, com 59 anos, continuou a ser o mais idoso.

Na sexta legislatura (1922-1925) o Partido Republicano Português voltou a ganhar as eleições. Houve uma ligeira descida na idade dos deputados, passando a média de idades a nível nacional para os 41,4 anos e no Alentejo para os 41,1 anos. Foram eleitos três deputados com 31 anos (Eugénio Rodrigues

“A escolha de políticos com um vínculo de naturalidade, familiar ou profissional com o Alentejo foi importante no recrutamento e eleição de deputados nos círculos transtaganos durante a I República [...]”

Aresta; Paulo Limpo de Lacerda; António Correia); Manuel de Brito Camacho, com 60 anos, manteve-se como o deputado mais velho.

Na sétima legislatura (1925-1926) a média de idades dos deputados eleitos pelo Alentejo (45,2 anos) superou pela primeira vez a média nacional (42,8 anos). Foram eleitos alguns deputados com mais de 50 anos, sendo António Lobo Aboim Inglês, com 56 anos, o mais velho. O mais novo foi Joaquim Toscano de Sampaio, com 30 anos.

Baltasar de Almeida Teixeira foi o deputado com a carreira parlamentar mais longa no Alentejo, uma vez que só não foi eleito no Sidonismo durante a terceira legislatura (1918-1919). Manuel de Brito Camacho e João José da Conceição Camoesas também tiveram carreiras parlamentares longas: nas respetivas legislaturas, o primeiro só não foi eleito na terceira (1918-1919) e na sétima (1925-1926) e o segundo não foi eleito na primeira (1911-1915) e na terceira (1918-1919).

3. A origem geográfica dos deputados

O recrutamento dos deputados da I República recaiu maioritariamente (56,5%) em políticos que nasceram em pequenas cidades, vilas e aldeias espalhadas pelo território nacional, ainda que posteriormente a atração

centrípeta da capital a nível político, económico e social, os tenha levado a instalarem-se em Lisboa¹⁷.

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, dois terços (66,7%) dos deputados eleitos pelos círculos transtaganos eram naturais do Alentejo. Mas, se somarmos os deputados naturais mais os que residiram e trabalharam no Alentejo, verificamos que 87,5% dos deputados eleitos tinham uma ligação familiar ou de trabalho com o Alentejo. A escolha dos candidatos a deputados era marcada frequentemente por disputas entre as estruturas locais e nacionais dos partidos políticos, que pretendiam colocar gente da sua confiança nesses lugares. No caso do Alentejo, a escolha de candidatos com vínculo à região mostrou-se decisiva na eleição de deputados durante a I República. Contudo, os laços dos eleitos com o Alentejo foram-se tornando mais ténues ao longo das várias legislaturas, à medida que se acentuavam os seus vínculos à capital e aos diretórios partidários. Assim, tendo como universo a totalidade dos deputados eleitos pelos círculos do Alentejo nas sete legislaturas, constatamos que 58,2% tinham nascido nesta Província e 81,3% eram daqui naturais ou aqui residiram e trabalharam durante algum tempo.

4. A formação académica dos deputados

O nível de qualificação académica nos parlamentos europeus variava bastante neste período, mas com padrões semelhantes se a comparação for feita por regiões. A Espanha era o país que mais se aproximava da realidade portuguesa. Numa amostra representativa do parlamento espanhol entre 1914 e 1923 foi registada a presença de 89,7% de deputados com um diploma de curso superior. A formação em Direito preponderava (78,16%)¹⁸. Esta característica, atestada noutros estudos desde a segunda metade do século XIX, manteve-se durante a II República, embora com valores inferiores¹⁹. Em Itália, no mesmo período, o número de parlamentares com formação superior oscilou entre os 70% e os 80%, tendo a formação jurídica um peso de

17 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 402-403.

18 Gómez-Navarro, Moreno Luzón, Rey Reguillo, 1998: 115-116.

19 Linz, Gangas, Jerez Mir, 2000: 371-462.

55% a 70%²⁰. Em França a percentagem dos deputados com um diploma universitário foi diminuindo ao longo da III República (1870-1940), passando de cerca de 80% para 60%; ao mesmo tempo a preponderância da formação em Direito desceu dos 50% para os 35%²¹. No Reino Unido o número de deputados com formação universitária manteve-se relativamente estável na primeira metade do século XX, em torno dos 50% a 60%²². Já na Alemanha e nos países escandinavos a situação era bem diferente. Na Alemanha a percentagem de deputados com um diploma superior foi descendo progressivamente desde o final do século XIX. Na última legislatura da República de Weimar representavam cerca de 30%, tendo os licenciados em Direito um peso inferior a 10%²³. Na Dinamarca o número de deputados com graus académicos situava-se na ordem dos 20% na década de 20 e 30 do século XX, representando a formação em Direito menos de 10%²⁴. No mesmo período, na Finlândia, o número de deputados com graus superiores aproximava-se dos 30% e a formação em Direito rondava os 10%²⁵. Nestes países houve uma precoce abertura do Parlamento às classes baixas e médias que tinham uma escolarização mais reduzida.

Em Portugal a maioria dos deputados tinha uma elevada formação académica, fruto de estudos em institutos superiores, universidades e escolas superiores militares. Tomando em consideração o universo dos deputados eleitos pelo Alentejo, constatamos que dos 91 deputados eleitos pelos círculos do Alentejo, pelo menos 81 tinham estudos superiores (89%), quatro tinham estudos não superiores; para seis deputados não conseguimos obter informações. Estes valores são idênticos aos encontrados numa investigação de âmbito nacional para o mesmo período²⁶. Direito (41,1%) Militar (21,5%) e Medicina (20,5%) eram as três qualificações estruturais dos deputados da I República. O Alentejo seguia este padrão nacional de recrutamento com pequenas nuances: a formação

jurídica (39,5%) era a preponderante entre os deputados com estudos superiores eleitos pelos círculos trastaganos, seguida pela Medicina (24,7%) e pela da formação militar (21%). As outras qualificações superiores eram menos expressivas conforme se pode verificar no Quadro I. Merece ser realçado o escassíssimo número de deputados com formação superior em Agronomia / Veterinária no Alentejo (3,7%), ainda assim, superior ao peso no conjunto do país.

Quadro I - Especialização académica dos deputados com estudos superiores

Área de Formação Académica	Nacional (1911-1926)		Alentejo (1911-1926)	
	N.º	%	N.º	%
Agronomia / Veterinária	11	1,9	3	3,7
Direito	239	41,1	32	39,5
Engenharia	24	4,1	3	3,7
Farmácia	11	1,9	2	2,5
Humanidades	18	3,1	3	3,7
Matemática / Ciências Naturais	23	4,0	1	1,2
Medicina	119	20,5	20	24,7
Militar*	125	21,5	17	21,0
Outra	4	0,7	-	-
Sem Informação	7	1,2	-	-
Total	581	100	81²⁷	100

Fontes: Dados nacionais - Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 407.

* Inclui os militares que têm o curso de Medicina.

Na Assembleia Nacional Constituinte, na 1.ª legislatura (1911-15) e na 2.ª legislatura (1915-18) houve um predomínio da formação médica e nas restantes legislaturas acentuou-se a preponderância da formação jurídica entre os deputados eleitos pelos círculos do Alentejo.

Em suma, os parlamentares portugueses e dos círculos do Alentejo tinham um nível de qualificação formal elevado, quando comparado com os deputados europeus da mesma época, e particularmente com os da Europa do Norte. O seu padrão qualitativo aproximava-se mais dos países da Europa do Sul, com o predomínio da formação jurídica. Ainda assim, o Parlamento português distin-

guia-se pela elevada presença de deputados com especialização militar e em medicina²⁸.

5. A profissão dos deputados

Existe uma elevada correspondência entre a formação académica e a profissão dos deputados, embora muitos licenciados em Direito fossem funcionários públicos, proprietários rurais e negociantes. Situação idêntica era a dos licenciados em Medicina, alguns dos quais seguiram também a carreira militar.

A Câmara dos Deputados da I República era composta por parlamentares que provinham predominantemente de três áreas laborais: profissões jurídicas (advogados, juizes, notários e conservadores), médica e militar²⁹.

Os juristas foram desde os primórdios do parlamentarismo o principal grupo profissional da política, devido não só às suas capacidades de oratória, mas também ao conhecimento técnico, dada a sua especialização na elaboração e interpretação das leis. Em alguns parlamentos europeus a preponderância destes “profissionais da política” chegou a superar os 40%. Em Espanha, na fase final da “Restauración”, os juristas, com destaque para os advogados, representavam mais de metade dos deputados³⁰. Na II República o seu peso baixou, mas ainda assim, o Parlamento espanhol era constituído por mais de 1/3 de advogados³¹. Em Itália, os advogados também tinham a proeminência no Parlamento, atingindo cifras em torno dos 40% a 50% nas duas primeiras décadas do século XX, tendo a sua relevância começado a descer a partir desse período³². Durante a III República Francesa (1870-1940) a preponderância dos advogados no Parlamento foi descendo progressivamente de 35% para 20%, embora continuasse a ser a principal profissão dos deputados franceses. Nos países mais a Norte a situação era bastante distinta. No Reino Unido os advogados mantiveram uma posição relativamente constante na primeira metade do século XX, em torno dos 20%³³.

20 Cotta, Mastropaolo, Verzichelli, 2000: 229-233; Cammarano, 2003: 409.

21 Best, Goxie, 2000: 96-107.

22 Rush, Cromwell, 2000: 473.

23 Best, Hausmann, Schmitt, 2000: 150-173.

24 Pedersen, 2000: 40-41.

25 Ruostetsaari, 2000: 56-61.

26 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 406-408.

27 Foram ainda eleitos quatro deputados com estudos não superiores e para seis deputados não conseguimos obter informações.

28 Magone, 2000, 347-350; Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 406-408.

29 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 408-411.

30 Gómez-Navarro, Moreno Luzón, Rey Reguillo, 1998: 115-116.

31 Linz, Gangas, Jerez Mir, 2000: 407-421.

32 Cotta, Mastropaolo, Verzichelli, 2000: 236.

33 Rush, Cromwell, 2000: 476.

Na Alemanha o número de advogados no Parlamento foi sempre muito baixo, situando-se nas primeiras décadas do século XX entre os 5% e os 10%³⁴, característica que se mantinha no Parlamento dinamarquês³⁵ e finlandês³⁶ no mesmo período. Portugal aproxima-se do padrão da Europa do Sul, com os advogados/notários a representarem 18,9% na Câmara dos Deputados. Sendo a segunda profissão presente no Parlamento da I República, era apenas superada pelos militares. Ainda assim, se tomarmos em consideração todas as profissões jurídicas, incluindo também juízes, professores universitários de Direito e altos funcionários públicos, a sua importância supera 1/5 do total³⁷. Já os deputados eleitos pelos círculos do Alentejo provenientes das profissões jurídicas tinham um peso ligeiramente mais baixo, passando os advogados/notários a ser a terceira categoria profissional mais representada (15,4%), conforme se pode constatar no Quadro II.

Os militares tiveram um forte protagonismo durante a I República desde a sua fundação, na revolução de 5 de outubro de 1910, passando depois pela Assembleia Nacional Constituinte, pelas sete legislaturas, pelo Governo e, por fim, no seu epílogo a 28 de maio de 1926. Tendo em consideração os vários ramos e especialidades da carreira militar presentes no Quadro II, estes representaram cerca de 22% dos deputados do regime, característica inédita e que não se encontra nos parlamentos dos outros países europeus, com exceção do Reino Unido, onde os militares chegaram a fornecer cerca de 10% a 15% dos deputados da Câmara dos Comuns no mesmo período³⁸. Nos círculos do Alentejo, os militares tiveram uma presença ligeiramente mais baixa. Ainda assim, eram a par com os médicos, a categoria profissional mais representativa.

Quadro II – Profissão principal dos deputados durante a I República (Portugal e Alentejo)

Categoria Profissional	Deputados/Portugal	%	Deputados/Alentejo	%
Advogado/Notário	142	18,9	14	15,4
Escritor/Jornalista	25	3,3	3	3,3
Funcionário Público Superior	18	2,4	1	1,1
Funcionário Público Médio	49	6,5	4	4,4
Juiz	26	3,5	2	2,2
Médico/Farmacêutico	88	11,7	17	18,7
Médico Militar	21	2,8	4	4,4
Militar/Armada	37	4,9	2	2,2
Militar/Exército	105	14,0	11	12,1
Negociante/Industrial	28	3,7	2	2,2
Padre	6	0,8	0	0,0
Professor	46	6,1	7	7,7
Professor Universitário	36	4,8	5	5,5
<i>de Direito</i>	12	1,6	2	2,2
<i>de Medicina</i>	7	0,9	0	0,0
Proprietário Rural	49	6,5	16	17,6
Outras	21	2,8	1	1,1
Sem Informação	54	7,2	0	0,0
Total	751	100,0	91	100,0

Fontes: dados nacionais - Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 409.

A terceira profissão mais importante no Parlamento português era formada pelos médicos, representando 11,7% da Câmara dos Deputados, facto também sem paralelo nos outros parlamentos europeus, onde tinham uma posição pouco destacada. Os médicos ganharam grande prestígio e preponderância nas sociedades ocidentais desde a segunda metade do século XIX. O progresso científico, que a medicina vinha tendo em relação a várias doenças, traduziu-se em novos procedimentos médicos que ajudaram a diminuir o sofrimento e a aumentar a esperança de vida. Por isso, os médicos passaram a ser vistos como profissionais que faziam a diferença, sendo muito importantes para a generalidade da população. Os médicos formados nas escolas superiores portuguesas no final do século XIX e início do século XX foram muito influenciados pelo positivismo e pelas críticas às instituições monárquicas, tendo muitos deles aderido ao Partido Republicano Português e posteriormente aos outros partidos republicanos. Neste período chegaram muitos médicos às sociedades rurais, tornando-se nesses locais uma referência ética e política para essas comunidades, pelos cuidados prestados aos mais necessitados, muitas vezes sem cobrar nada. Por isso, não é de estranhar a proeminência

dos médicos, sobretudo na província. Daí termos um maior número de médicos que foram eleitos deputados nos círculos eleitorais do interior, como é o caso do Alentejo, onde se atingiu a cifra de 18,7%, a mais alta a par com os militares.

No Alentejo, a terceira categoria profissional mais representativa foi a dos proprietários rurais, que atingiu 17,6%. A explicação para o maior peso desta categoria face à média nacional, que apenas somava 6,6%, prende-se com o facto de ser uma área maioritariamente rural e com grande peso da agricultura, onde os “senhores da terra” tinham uma posição destacada na hierarquia social. Alguns proprietários rurais mantinham uma dupla residência entre Lisboa e o Alentejo, deixando as grandes propriedades à gestão dos feitores durante longos períodos. Houve alguns proprietários rurais eleitos na primeira legislatura que defenderam o republicanismo desde muito cedo, casos de, Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar, José Jacinto Nunes e José Nunes Tierno da Silva. Os dois últimos eram formados respetivamente em Direito e em Medicina. A maioria dos proprietários só chegou, porém, à Câmara dos Deputados a partir do Sidonismo. Provinham maioritariamente dos partidos republicanos conservadores (Antó-

34 Best, Hausmann, Schmitt, 2000: 156-168.

35 Pedersen, 2000: 42-45.

36 Ruostetsaari, 2000: 65.

37 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 408-409.

38 Rush, Cromwell, 2000: 479.

nio dos Santos Cidrais, Alberto Malta de Mira Mendes, Francisco da Silva Telo da Gama, José Pais de Vasconcelos Abranches, Eduardo Fernandes de Oliveira, José Rosado da Fonseca) e do Partido Monárquico (José Adriano Pequito Rebelo, Joaquim Nunes Mexia, Rui de Andrade). Contudo, nos anos vinte foram eleitos alguns deputados pelo Partido Republicano Português (José Joaquim Gomes de Vilhena e António País da Silva Marques) que provinham de famílias conservadoras ligadas aos interesses da “terra”. Estes novos deputados eram filhos de antigos dirigentes dos partidos monárquicos, mostrando que estas famílias se tinham adaptado aos novos ventos, abraçando o partido dominante do regime. Outras categorias profissionais relevantes no Alentejo eram ligadas ao ensino: professores do ensino primário e secundário (7,7%) e professores universitários, (7,7%). Em contrapartida, os negociantes/industriais e os funcionários públicos tiveram um peso reduzido na Câmara dos Deputados.

6. Os deputados da constituinte e a experiência política

Os círculos eleitorais do Alentejo elegeram 24 deputados nas eleições constituintes de 1911. Cinco deles haviam tido experiência em cargos políticos nacionais e locais relevantes durante a Monarquia (20,8%): Joaquim Pedro Martins tinha sido deputado pelo Partido Progressista dissidente em 1905-1906 e em 1908-1910; José Estêvão de Vasconcelos foi eleito deputado pelo PRP por Setúbal em 1908; José Jacinto Nunes foi administrador do concelho de Grândola, Torres Vedras e Abrantes entre 1866 e 1869, presidente da Câmara Municipal de Grândola a partir de 1870, deputado do PRP pelo círculo de Lisboa em 1893 e procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa; Manuel de Brito Camacho foi eleito deputado pelo círculo de Beja em 1908 e 1910; José Miranda do Vale foi eleito vereador pelo PRP da Câmara Municipal de Lisboa em 1908.

A quase totalidade dos deputados eleitos nas eleições Constituintes de 1911 tinha um passado de ativismo político ao lado dos republicanos. Em relação aos deputados eleitos pelos círculos do Alentejo, constatamos que 21 haviam tido uma atividade política de propaganda pela República durante a Monarquia, isto é 87,5%. Apenas Manuel de Sousa

da Câmara, Aureliano Lopes de Mira Fernandes e Joaquim Pedro Martins não tinham um passado republicano de que se orgulhar, o que originou algumas críticas vindas dos sectores mais ortodoxos dos republicanos³⁹. Estes três alentejanos eram professores universitários de grande prestígio, o que terá contribuído para que fossem escolhidos pelas estruturas políticas do PRP para serem membros da Assembleia Nacional Constituinte. O último, Joaquim Pedro Martins, tinha até um passado ligado ao Partido Progressista dissidente. O facto de ser irmão de Júlio Augusto do Patrocínio Martins, um prestigiado republicano que também foi eleito deputado por Évora em 1911, terá também contribuído para aceitarem este “adesivo”. Entre os deputados eleitos no Alentejo em 1911 existem ainda outras ligações familiares: José Jacinto Nunes era sogro de Manuel de Brito Camacho e pai de Jorge de Vasconcelos Nunes, deputado por Setúbal.

A projeção da elite alentejana nas estruturas políticas do Partido Republicano Português está também patente no facto de cinco dos deputados eleitos à Assembleia Nacional Constituinte pelo Alentejo pertencerem à direção do PRP: Francisco Eusébio Lourenço Leão era membro efetivo do Diretório; Inocêncio Joaquim Camacho Rodrigues era membro substituto do Diretório; Manuel de Brito Camacho e José Estêvão de Vasconcelos eram membros natos do Diretório; José Jacinto Nunes integrava a Junta Consultiva⁴⁰.

O ativismo político ao lado dos republicanos foi decisivo na escolha dos deputados nos círculos do Alentejo em 1911. Já a experiência em cargos políticos locais durante a Monarquia revelou-se pouco importante, pois apenas José Miranda do Vale e José Jacinto Nunes tinham passado nestas funções. Contudo, 12 dos 24 deputados eleitos (50%) viriam a ter ao longo da sua carreira política experiência em órgãos políticos locais, isto é, no Governo Civil, Administração do Concelho, Junta Geral do Distrito e Câmara Municipal⁴¹. Alguns foram nomeados para cargos políticos locais logo após a implantação da República, casos

de: Francisco Eusébio Lourenço Leão, governador civil do distrito de Lisboa; António José Lourinho, presidente da comissão administrativa municipal de Portalegre; Henrique José Caldeira Queirós, administrador do concelho e presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Ponte de Sor; Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Júlio Augusto do Patrocínio Martins, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Évora; João Luís Ricardo da Silva, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Em suma, a experiência na política local durante a Monarquia não foi determinante para chegar a deputado. Contudo, a estreiteza dos quadros republicanos conduziu a que alguns deles fossem transitoriamente nomeados para cargos políticos locais em outubro de 1910, funções que ocuparam até tomarem o seu lugar como deputados na Assembleia Nacional Constituinte no ano seguinte.

Dentro do universo dos deputados eleitos no Alentejo em 1911 constatamos que oito dos 24 deputados (33,3%) viriam a ter experiência governativa ao longo da I República, casos de: Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, Inocêncio Joaquim Camacho Rodrigues, Júlio Augusto do Patrocínio Martins, Manuel de Sousa da Câmara, Joaquim Pedro Martins, João Luís Ricardo da Silva, José Estêvão de Vasconcelos e Manuel de Brito Camacho.

7. A experiência política dos deputados no Governo e nos cargos políticos a nível local

A maioria dos deputados da I República (80%) conseguiu a sua primeira eleição para deputado sem ter tido qualquer experiência política anterior noutros órgãos de poder⁴². A revolução republicana suscitou a chegada ao Governo, ao Parlamento e aos cargos políticos a nível local de uma nova elite política. Na maior parte dos países europeus, a experiência em cargos políticos locais foi uma condição importante para ser recrutado para deputado⁴³. Contudo, em Portugal, durante a I República, esse não foi um requisito determinante, uma vez que apenas 8,3% dos deputados tinham exercido o

39 Piçarra e Mateus, 2010: 21 e 117-118.

40 *O Século*, 26/4/1909; *Boletim do Partido Republicano Português*, 1912: 88-89.

41 Não indicamos a Junta de Freguesia, pois não encontramos nenhum deputado que tivesse um cargo neste órgão político.

42 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 411-412.

43 Best, Cotta, 2000; Gómez-Navarro, Moreno Luzón, Rey Reguillo, 1998: 122-123.

cargo de governador civil e 7,7% funções municipais quando foram eleitos pela primeira vez para o Parlamento. No entanto, ao longo da I República verificou-se uma crescente valorização dessa experiência política na seleção e recrutamento dos deputados⁴⁴.

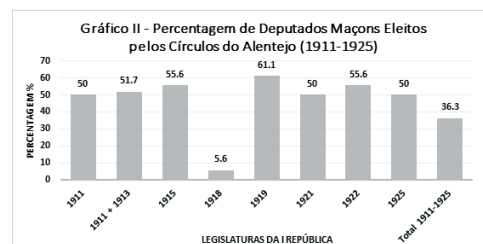
Tendo como universo os deputados eleitos pelos círculos do Alentejo nas sete legislaturas constatamos que 23% tiveram experiência governamental ao longo da sua vida. Já quanto ao exercício dos cargos políticos locais (governador civil⁴⁵, administrador do concelho, presidente e vereador da Câmara Municipal) verificamos que 52,7% dos deputados teve essa experiência. Assim, constatamos que na província, o exercício destes cargos era relevante, antes e depois de ter sido deputado.

8. Os deputados e a Maçonaria

Uma parte significativa dos deputados eleitos pelos círculos do Alentejo tinha ligações à Maçonaria. A historiografia tem identificando a presença de muitos obreiros nas diversas associações republicanas, no Partido Republicano Português e nos partidos republicanos subsequentes, pois partilhavam muitos ideais, como o laicismo, o positivismo, a fraternidade, a filantropia e a aposta na educação para formar cidadãos ativos, conscientes e esclarecidos que pugnassem pelo progresso da Humanidade. A Maçonaria proporcionava ainda apoios em caso de perseguição política, laços de solidariedade e criava um espaço de discussão política qualificada, onde se debatiam os problemas nacionais e internacionais. Contudo, esta estrutura iniciática era neutra em termos religiosos e na opção do regime político, tendo por isso nas suas fileiras muitos membros que defendiam a Monarquia, e outros que eram socialistas ou libertários. Ainda assim, é claro o recrutamento de inúmeros maçons para os principais cargos políticos após a implantação da República⁴⁶.

António Ventura estudou com detalhe os constituintes de 1911 e a sua filiação maçónica⁴⁷, tendo apurado que “146 dos 234 deputados ti-

nham sido, eram ou serão maçons no futuro”⁴⁸. Portanto, 62,4% dos constituintes tinham ligação à Maçonaria, ainda que o número real de maçons com prática regular numa obediência fosse substancialmente menor. Observando apenas os 24 constituintes eleitos nos círculos do Alentejo verificamos que metade pertenceu à Maçonaria. Se tomarmos como universo os 91 deputados eleitos pelos círculos do Alentejo durante as sete legislaturas da I República, constatamos que 33 foram filiados ao longo da sua vida na Maçonaria, o que representa 36,3% desses deputados⁴⁹. A presença de maçons na Câmara dos Deputados foi relativamente constante, oscilando nas várias legislaturas entre os 50% (em 1911, 1921 e 1925) e os 61,1% (em 1919) conforme se pode observar no Gráfico II. A exceção foi a legislatura de 1918, durante o consulado Sidonista, quando apenas um dos deputados eleitos (5,6% do total) tinha pertencido à Maçonaria. Trata-se de António dos Santos Cidrais, iniciado em finais do século XIX, na altura em que frequentava a Universidade de Coimbra. Evoluiu depois para posições ultraconservadoras, afastando-se do ideário desta organização fraternal, sendo eleito deputado em 1918 pelo círculo de Elvas nas listas do Partido Nacional Republicano. Nos anos 30 fez parte da Comissão Distrital de Portalegre da União Nacional. Salienta-se ainda o facto de alguns deputados obreiros terem tido longas carreiras parlamentares, casos de Baltasar de Almeida Teixeira, Manuel de Sousa da Câmara, Manuel de Brito Camacho, António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier, João José da Conceição Camoesas e António Aresta Branco. Por outro lado, os maçons distribuíram-se por quase todos os partidos representados na Câmara dos Deputados.



Em suma, ser maçom não foi decisivo no recrutamento parlamentar na I República. Foi, porém, um elemento importante, a par de outros. A Maçonaria reunia um conjunto de ensinamentos e uma posição perante a vida e o Mundo que foram corporizados durante este período por importantes sectores políticos da I República. Deve assinalar-se ainda que alguns políticos integraram a Maçonaria durante o ímpeto estudantil, mas depois, ao longo da vida, não tiveram uma verdadeira prática maçónica. Outros, integraram esta associação por interesses de sociabilidade, de empregabilidade e de prestígio, principalmente após a Implantação da República, permanecendo fugazmente na Maçonaria.

9. Mudanças de regime e a continuidade/descontinuidade da classe política

A mudança violenta e repentina de regime em 1910, com a implantação da República a 5 de outubro, levou a uma profunda substituição da classe política. A nível nacional apenas 48 deputados (6,4% do total) eleitos durante a I República tinham tido cargos políticos relevantes durante a Monarquia, a maioria dos quais enquanto representantes da oposição republicana⁵⁰. Os números para o Alentejo são ligeiramente superiores, uma vez que sete deputados⁵¹ eleitos durante a I República tinham experiência parlamentar no regime anterior (7,6% do total). Os números sobem ligeiramente para 11 deputados⁵² (12% do total) se contabilizarmos também os que tinham tido experiência no poder local durante a Monarquia.

44 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 411-412.

45 O governador civil era um representante do poder central, mas colocamo-lo no grupo dos “cargos políticos locais”, enquanto político numa região específica.

46 Ventura, 2007, 2012, 2013a, 2013b e 2019; Lopes, 2014: 731-740.

47 Ventura, 2012.

48 Ventura, 2013b: 466.

49 Agradeço ao Professor António Ventura as informações sobre a filiação na Maçonaria dos deputados eleitos pelos círculos do Alentejo durante a I República.

50 Almeida, Fernandes, Santos, 2006: 400-401.

51 Joaquim Pedro Martins; José Estêvão Pais de Vasconcelos; José Jacinto Nunes; Manuel de Brito Camacho; Ernesto Jardim de Vilhena; José Pais de Vasconcelos Abranches; Rui de Andrade.

52 José Miranda do Vale; Alfredo Augusto Cunhal Júnior; Joaquim Nunes Mexia; António Pais da Silva Marques.

Quadro III – Os partidos políticos e as eleições legislativas nos círculos eleitorais do Alentejo durante a I República

Partidos / Eleições	1911	1913	1915	1918	1919	1921	1922	1925	Total	%
Partido Republicano Português	24	5	12		11	7	11	7	77	56,2
Partido Republicano Evolucionista			3		4				7	5,1
União Republicana			3		3				6	4,4
Partido Nacional Republicano				11					11	8,0
Causa Monárquica / Partido Monárquico				5				1	6	4,4
Centro Católico Português				1					1	0,7
Independentes				1		1			2	1,5
Partido Republicano Liberal						10	5		15	10,9
Partido Republicano de Reconstituição Nacional							2		2	1,5
Partido Republicano Nacionalista								6	6	4,4
União dos Interesses Económicos								4	4	2,9
Total	24	5	18	18	18	18	18	18	137	100

Fontes: AHP - Secção IX, caixas 52 a 53; 90 a 93; 136 a 140; 225 a 231; 267-267 A; 277 a 280; 334 a 338; 384 a 388; 446 a 451.

A maioria dos deputados eleitos nos círculos do Alentejo durante a I República representava o Partido Republicano Português. Nos oito atos eleitorais realizados o PRP conseguiu 77 dos 137 mandatos (56,2%), conforme se pode observar no Quadro III. No entanto, muitos destes deputados iriam aderir a outros partidos republicanos, principalmente após as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte realizadas em 1911. Assim, na primeira fase do regime o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana constituíram os principais partidos de oposição ao PRP a nível nacional e no Alentejo. Com o Sidonismo houve uma nova rutura na elite política, ascendendo novos protagonistas e novos partidos políticos. As eleições legislativas de 1918 ficaram marcadas pelo domínio do Partido Nacional Republicano, enquanto partido governamental de apoio a Sidónio Pais, pela não participação dos partidos republicanos tradicionais e pela eleição de deputados do Partido Monárquico e do Centro Católico Português. O fim do Sidonismo propiciou o regresso dos antigos partidos republicanos, com o domínio do PRP, e o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana enquanto partidos de oposição.

As eleições de 1921 foram as únicas em que o PRP participou e foi derrotado a nível nacional e no Alentejo, tendo o Partido Republicano Liberal vencido, mas sem maioria absoluta. Já em 1922, o PRP voltou a vencer claramente no Alentejo, elegendo 11 deputados. Nas eleições de 1925 o Alentejo afastou-se da tendência nacional, pois o PRP perdeu o seu tradicional domínio na região para as

forças conservadoras (Partido Republicano Nacionalista e União dos Interesses Económicos), embora voltasse a ganhar as eleições legislativas a nível nacional.

Com a “revolução de 28 de maio de 1926” instaurou-se a Ditadura Militar em Portugal e consolidou-se posteriormente o Estado Novo. Esta mudança de regime teve também uma forte repercussão ao nível das elites políticas. Houve novamente uma profunda substituição da classe dirigente, embora menos significativa do que a produzida pela implantação da República. Tendo como universo os 91 deputados eleitos durante a I República nos círculos do Alentejo, constatamos que 18 (19,8% do total) tiveram responsabilidades políticas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo ao nível do poder local e nacional ou enquanto dirigentes da União Nacional. Uma parte significativa destes políticos tinha sido eleita durante a I República pela Causa Monárquica / Partido Monárquico, nomeadamente José Adriano Pequeto Rebelo⁵³, Alfredo Augusto

53 Em 1913 foi um dos fundadores do Integralismo Lusitano, tendo criado no ano seguinte a revista *Nação Portuguesa*. Em 1919 participou na revolta monárquica de Monsanto. Defensor de um regime autoritário, aderiu à solução saída do movimento de 28 de maio de 1926. Apoiou a formação do Estado Novo durante os primeiros anos do regime, tendo sido o representante de Portugal na Conferência Internacional do Trigo, que se realizou em Roma, em 1927. Durante a Guerra Civil de Espanha combateu como aviador ao lado das tropas franquistas, sendo tenente miliciano na Missão Militar Portuguesa de Observação. Nos anos 40 afastou-se do regime por não ver instaurada a Monarquia. Tentou participar nas elei-

ções legislativas de 1945 numa lista independente alternativa à União Nacional no círculo de Portalegre. Esta primeira lista em que figurava o seu nome não foi admitida. Em 1949 foi convidado a participar nas eleições integrando a Lista da União Nacional, mas recusou e participou numa lista de candidatos independentes em Portalegre. Nos anos 60 voltou a apoiar o regime, na sequência do início da guerra colonial (Lemos, Torgal, 2009: 237).

- 54 Presidiu à comissão concelhia da União Nacional de Montemor-o-Novo em 1930 (ANTT, Ministério do Interior, Maço 450, caixa 3).
- 55 Iniciou a sua carreira política no Partido Progressista, pelo qual chefiou a Câmara Municipal de Mora (1908-1910) e o Governo Civil de Évora (11.01.1910 a 25.06.1910). Durante a I República foi deputado monárquico durante o Sidonismo pelo círculo de Beja (1918-19) e deputado da União dos Interesses Económicos pelo círculo de Évora (1925-26). Na Ditadura Militar ocupou o cargo de ministro da Agricultura (18 de abril a 7 de julho de 1928). Presidiu à comissão municipal da União Nacional de Mora em 1931 e integrou a Comissão Central da União Nacional em 1932 (ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 449). Foi procurador à Câmara Corporativa na I legislatura (1935-1938) por designação do Conselho Corporativo, como representante da produção de cortiças, madeiras e resinas. (Ferreira, 2009: 212, 781, 786, 787, 894 e 898).
- 56 Importante proprietário no alto Alentejo ligado à Causa Monárquica, tendo integrado o Conselho Supremo Monárquico nos anos 40. Foi procurador à Câmara Corporativa na I Legislatura (1935-1938), contudo renunciou ao mandato a meio da mesma. Foi deputado na IV (1945-1949) e VI legislaturas (1953-1957). Em 1945 o seu nome foi incluído numa lista oposicionista monárquica, mas a lista não foi aceite pelo Governador Civil de Portalegre. O seu nome constaria na lista da União Nacional que acabaria por ser eleita nesse mesmo ano (Castilho, 2007: 36, 37, 162, 164, 235, 256 e 355; Ferreira, 2009: 246, 248, 249, 814 e 920; Castilho, 2010: 568; Lemos, Torgal, 2009: 22, 52 e 71).
- 57 Foi diretor do semanário *Distrito de Portalegre* de 27 de maio de 1923 a 20 de fevereiro de 1927, no qual deu apoio à instauração de uma Ditadura em Portugal (Ventura, 1991: 10-11, 79-80).
- 58 Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Estremoz nas listas da União dos Interesses Económicos, embora fosse um monárquico convicto. Propagandista da criação dos Grémios da Lavoura, foi presidente da Câmara Municipal de Estremoz em 1927. Foi vice-presidente (1916-1931) e presidente (1931-1945) do Sindicato Agrícola de Estremoz. Foi vogal e depois Presidente da Direção da Federação Nacional de Produtores de Trigo (1933-1936), em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa. Foi presidente da comissão concelhia da União Nacional de Estremoz nos anos 30. Durante o Estado Novo exerceu as funções de procurador à Câ-

Outro grupo igualmente importante que aderiu à “situação” procedia do Partido Nacional Republicano durante o Sidonismo, nomeadamente António Miguel de Sousa Fernandes⁵⁹, António dos Santos Cidrais⁶⁰, Alberto Malta de Mira Mendes⁶¹, João Baptista de Almeida Arez⁶², Domingos Garcia Pulido⁶³, Jorge Augusto Botelho Moniz⁶⁴. Um terceiro grupo que aderiu ao Estado Novo provinha de alguns partidos republicanos conservadores, como o Partido Republicano Evolucionista (José Garcia da Costa⁶⁵) e o Partido Republicano Liberal

“A implantação da República provocou uma significativa renovação da classe dirigente, uma vez que apenas 20% dos deputados tinham experiência política noutros órgãos de poder antes de terem sido eleitos pela primeira vez”

(Francisco da Silva Telo da Gama⁶⁶ e António Correia⁶⁷). Por fim, um quarto grupo também

aderente à Situação, tinha integrado o Partido Republicano Português, partido dominante durante a I República, que foi apeado do poder pelo “movimento do 28 de maio”, nomeadamente João Crisóstomo Antunes⁶⁸, Ernesto Jardim de Vilhena⁶⁹ e João Xavier Camarate de Campos⁷⁰.

Outros nove antigos deputados da I República eleitos pelos círculos do Alentejo (9,9% do total) deram o seu apoio indireto à Ditadura

mara Corporativa (1935-1938) - secção cereais. Morreu em 9 de agosto de 1945 em Quintete (Angola), onde se encontrava em missão do Ministério das Colónias (Ferreira, 2009: 794, 904; Castilho, 2010: 576).

59 Foi presidente da comissão concelhia da União Nacional de Reguengos de Monsaraz nos anos 30 (ANTT, Ministério do Interior, Maço 450, caixa 3).

60 Foi chefe de gabinete do Ministro da Agricultura Henrique Linhares de Lima (8.7.1929 a 5.7.1932) e fez parte da Comissão Distrital de Portalegre da União Nacional em 1930 (ANTT, Ministério do Interior, Maço 450, caixa 3).

61 Foi chefe de gabinete do Ministro do Interior general Vicente de Freitas (26.8.1927 a 18.4.1928) e diretor adjunto do Conselho de Administração da Misericórdia de Lisboa (1931-1932).

62 Integrou a Câmara Corporativa na I e II legislaturas (1935-1938; 1938-1942) designado pelo Conselho Corporativo (Ferreira, 2009: 420 e 459; Castilho, 2010: 568).

63 Foi membro da “Liga Nacional 28 de Maio” em 1930. Esteve ligado a alguns dos momentos fundamentais da edificação do Estado Novo, nomeadamente à formação da União Nacional e aos trabalhos preparatórios da Constituição de 1933. Foi o primeiro diretor do *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional, aparecido em 4 de abril de 1931. Teve também uma participação ativa no I Congresso da União Nacional em 1934, apresentando uma comunicação sobre literatura colonial. Foi eleito deputado na primeira legislatura do Estado Novo (1935-1938), mas renunciou ao mandato em 13 de abril de 1937, invocando razões pessoais (Castilho, 2007: 36 e 230).

64 Esteve ligado ao “Movimento do 28 de maio de 1926”, apoiando a instauração da Ditadura Militar e do Estado Novo. Fundou e dirigiu o “Rádio Clube Português” em 1931. Destacou-se pela sua ação na repressão da revolta da ilha da Madeira em 1931 e dos movimentos grevistas de 1943 e 1944. Durante a Guerra Civil de Espanha apoiou ativamente as tropas franquistas, fazendo parte da Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha e a criação da Legião Portuguesa. Foi deputado à Assembleia Nacional na IV Legislatura (1945-1949), na V Legislatura (1949-1953) e na VI Legislatura (1953-1957). Foi procurador à Câmara Corporativa na VII Legislatura, desde 1957 até à data da sua morte, em Lisboa, a 29 de julho de 1961 (Castilho, 2007: 33, 114, 163, 205, 249 e 252; Castilho, 2010: 582; Ferreira, 2009: 782 e 834).

65 Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo de Évora nas listas do Partido Republicano Evolucionista. Em

mentar de Ação Republicana. Foi eleito deputado em 1921 pelo círculo eleitoral de Leiria e em 1922 pelo círculo eleitoral de Portalegre nas listas do Partido Republicano Liberal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados de 2.12.1923 a 2.12.1924. Foi secretário do Ministro da Justiça, Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso durante o governo do Partido Republicano Nacionalista (15.11.1923 a 18.12.1923). Aderiu ao Estado Novo, sendo procurador à Câmara Corporativa durante a V Legislatura (1949-1953) na 4.ª secção – Azeite, frutas e produtos hortícolas. Foi ainda vogal do Conselho Geral da FNAT; membro dos corpos diretivos da Casa do Povo de Monforte da Beira; presidente da direção do Grémio da Lavoura de Castelo Branco; vereador da Câmara Municipal de Portalegre e da Câmara Municipal de Castelo Branco (Ferreira, 2009: 742 e 863; Baião, 2015a: 81, 161 e 162; Baião 2015b: 178).

68 Durante o Estado Novo foi presidente da concelhia da União Nacional de Elvas e membro da Comissão Distrital de Portalegre da União Nacional em 1930 (ANTT, Ministério do Interior, Maço 450, caixa 3).

69 Em 1938 passou a integrar a Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo. No entanto, não chegou a tomar posse, alegando falta de tempo (Ferreira, 2009: 246-250). Foi presidente da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) desde 1919, vice-governador do Banco Nacional Ultramarino a partir de 1926, administrador de várias empresas nas colónias e um dos maiores colecionadores de arte de Portugal. O Estado Novo coroará a sua intensa atividade no Ultramar atribuindo-lhe em 1944 a Grã-Cruz do Império Colonial. O seu pai, Júlio Marques de Vilhena, foi um importante advogado em Lisboa e político destacado do Partido Regenerador, chegando a dirigi-lo entre 1907 a 1909.

70 Fez parte da direção do Banco do Alentejo entre os anos 20 e 40 e foi sócio da Sociedade Alentejana de Moagem, conhecida como Fábrica dos Leões. Aderiu à União Nacional em 1930, sendo presidente da Comissão Distrital de Évora ao longo dos anos 30. Foi eleito deputado em 1934, mantendo-se na Assembleia Nacional na I, II, III e IV legislatura, de 1935 a 1949. Foi vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora entre 6 de fevereiro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 (ADE, Fundo do Arquivo Municipal de Évora, Actas da Câmara Municipal, n.º 820, 1934-1936 e n.º 822, 1937-1938; *Diário de Lisboa*, 12-3-1933: 3; *Hora Nacional*, 7 de abril de 1935; *Notícias de Évora*, 3 de janeiro de 1936; ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Mç 451; Guimaraes, 2006: 92, 94, 99, 176 e 435; Castilho, 2007: 127, 246 e 356).

1921 aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional e em 1923 ao Partido Republicano Nacionalista. Foi eleito presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz durante a I República, entre 1923 a 1925. Aderiu ao Estado Novo e voltou a ser presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz entre 1937 e 1954 (Marques, 2000: 180; Baião, 2000: 305; Almeida, 2013: 203).

66 Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, sendo companheiro de Oliveira Salazar e outros jovens católicos. Foi um grande proprietário no Alto Alentejo, sendo presidente do Conselho Geral do Grémio da Lavoura e do Sindicato Agrícola de Campo Maior. Durante a I República foi eleito deputado em 1921 pelo círculo eleitoral de Elvas pelo Partido Republicano Liberal. Em 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Apoiou a Ditadura Militar e o Estado Novo, sendo presidente da Câmara Municipal de Campo Maior entre 1927 e 1928 e entre 1933 e 1934, Governador Civil de Portalegre entre 18.11.1933 e 17.11.1934 e deputado à Assembleia Nacional na III Legislatura (1942-1945). Foi Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Campo Maior em 1926, Provedor (1928) e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia e dirigiu o jornal *O Campomaio-reense* entre 24.2.1924 e 15.4.1927 (*Diário de Lisboa*, 2.1.1928: 8; Castilho, 2007: 360; Cunha, 2006: 79-85; Almeida, 2013: 78).

67 Durante a I República integrou o Partido Republicano Evolucionista, o Partido Republicano Liberal, o Partido Republicano Nacionalista e o Grupo Parla-

Militar e ao Estado Novo, integrando missões técnicas e lugares de destaque em diversas organizações. Beneficiaram de um período de desenvolvimento profissional e empresarial, ainda que não tivessem integrado cargos de natureza puramente política, como foi o caso de Inocêncio Joaquim Camacho Rodrigues⁷¹, de Manuel de Sousa da Câmara⁷², de António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier⁷³, de António Lino Neto⁷⁴, de José Féria Dórdio Teotónio⁷⁵, de Estêvão Augusto da Cunha Pimentel⁷⁶, de

José Pais de Vasconcelos Abranches⁷⁷, de Mariano Martins⁷⁸, e de Eduardo Fernandes de Oliveira⁷⁹.

Em sentido inverso, uma parte significativa dos deputados eleitos durante a I República nos círculos do Alentejo acabaria por ter um papel ativo na Oposição. Identificamos 20 antigos deputados (22% do total) que participaram em conspirações e revoltas e em atividades políticas contra a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Destacam-se os políticos provenientes do Partido Republicano Português, nomeadamente Baltasar de Almeida Teixeira⁸⁰, Jorge Frederico Velez Carozo⁸¹, João José da Conceição Ca-

moesas⁸², Álvaro Poppe⁸³ e Joaquim Toscano de Sampaio⁸⁴, bem como outros que transitaram para o Partido Republicano da Esquerda Democrática, casos de Plínio Octávio de Santana e Silva⁸⁵, Jorge de Barros Capinha⁸⁶ e

71 O início da Ditadura Militar não foi um entrave para manter-se como governador do Banco de Portugal (1911-1936). Em fevereiro de 1927 acompanhou Artur Ivens Ferraz a Genebra para tratar da possibilidade de Portugal contrair um empréstimo.

72 Integrou a comissão de revisão do regime cerealífero em 1927. Foi vice-presidente da Junta Geral da Companhia do Trigo (1929) e da Companhia de Produção Agrícola (1930). Estas iniciativas tiveram a liderança do seu filho, António Pereira de Sousa da Câmara, que tinha fortes ligações ao Estado Novo e que foi deputado na V Legislatura (1949-1953).

73 Foi uma personalidade muito influente nos corredores do poder, tanto na I República com no Estado Novo. Colaborou com Oliveira Salazar quando este geriu a pasta das Finanças, sendo então diretor-geral da Fazenda Pública e secretário-geral do Ministério das Finanças. Entre 1933 e 1947 foi Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas, cargo de que se reformou voluntariamente.

74 António Lino Neto demitiu-se de presidente do Centro Católico Português (CCP) em fevereiro de 1934, em rutura com Salazar e outros católicos que defendiam que a ação política do CCP deixara de fazer sentido com o aparecimento da União Nacional em 1930 e com a consolidação do Estado Novo em 1933. António Lino Neto pensava que o CCP deveria continuar a ter uma dimensão política, e não apenas social e religiosa. No entanto, continuou a apoiar o movimento católico português através da *Acção Católica* e ajudou a reeleição de Oscar Carmona com uma declaração nos jornais a pedido da União Nacional em 6 de fevereiro de 1935. A nível profissional voltou a dedicar-se à advocacia até 1941 e à sua carreira académica enquanto professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. De 1938 a 1943 foi vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa (Ferreira, Almeida, 2009: 11-58; Almeida, 2013: 425-449).

75 Dirigiu nos anos 30 a Companhia de Produtos e Adubos Químicos, conhecida pela SAPEC (Société Anonyme de Produits et Engrais Chimique du Portugal). Esta empresa foi fundada em 1926, tendo como foco inicial a exploração das minas de pirite do Lousal, em Grândola. Posteriormente diversificou a sua atividade para a produção e a comercialização de adubos, de agroquímicos, de sementes e rações para animais (Guimarães, 2006: 157, 163, 498 e 506).

76 Ao longo da I República militou no Partido Republicano Português, Partido Republicano Evolucionista, Partido Republicano Popular e União Liberal Republicana. Durante a Ditadura Militar foi nomea-

do Comissário do Governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela e, nessa qualidade, acompanhou o Ministro das Colónias (José Bacelar Bebian) a Angola em 1929.

77 Durante a Ditadura Militar foi nomeado para o novo Conselho Superior de Assistência, criado pelo Decreto n.º 14159, de 11 de agosto de 1927, integrando a sua Comissão Executiva desde 8 de Setembro de 1927.

78 Após o início da Ditadura Militar abandonou a política ativa, alcançando a graduação de capitão de mar-e-guerra em 1930. Contudo, viria a aderir ao Estado Novo (Marques, 2000: 289-290; Sousa e Gonçalves, 2002: 433-435; Freire, 2010: 227-247; Pires, 2014: 786).

79 Iniciou a sua carreira como médico em Lisboa e, depois, em Serpa. Posteriormente dedicou-se em exclusivo à atividade de agricultor e de proprietário rural em Serpa. Ocupou os cargos de vogal da Junta Autónoma de Estradas, de membro do Conselho Geodésico e Cadastral, de presidente do Conselho de Administração da SACOR e administrador da Casa de Bragança (1930-1943). Foi presidente do Sindicato Agrícola de Serpa e Diretor da Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP). A 30 de janeiro de 1928 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial Classe Agrícola. Colaborou com o Bispo de Beja, D. José do Patrocínio Dias, na criação do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Guadalupe em Serpa (1924-1940) e na edificação do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima de Beja, que foi inaugurado a 13 de outubro de 1940.

80 Em 1945, quando se constituiu o Movimento de Unidade Democrática, enviou uma carta à Comissão Distrital de Portalegre na qual manifestou a sua adesão (Ventura, 2010: 95).

81 Tomou algumas iniciativas de combate à Ditadura, nomeadamente a sua colaboração com o General Sousa Dias na revolta de fevereiro de 1927. Na sequência desta foi preso e deportado para Ponta Delgada e para Benguela, tendo abandonado o serviço ativo com o posto de Coronel. Aderiu ao Movimento de Unidade Democrática em 1945 e presidiu à Comissão Distrital de Portalegre. Foi vice-presidente da Comissão Distrital da Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos em 1949 (Ventura, 2012: 207-208).

82 Com o advento da Ditadura viu-se deportado para Angola, por estar implicado no movimento de 28 de julho de 1928. Foi autorizado a exilar-se em 1929 nos Estados Unidos da América, Providence (New-Bedford), onde retomou a sua atividade clínica com grande êxito profissional, após ter conseguido validar a sua carta de médico perante as universidades norte-americanas em 1930. Manteve-se nessa cidade até à sua morte em 1951 (*Diário de Lisboa*, 4-8-1930; Ventura, 2010: 84).

83 Foi um dos revolucionários de fevereiro de 1927, sendo obrigado a exilar-se em Espanha e posteriormente em França. Foi um dos principais dirigentes da Liga de Paris. Regressou a Portugal, tendo sido preso no posto de Vilar Formoso em 27 de junho de 1940. Permaneceu em diversas prisões nacionais (Aljube, Caxias e Peniche) até ao dia 22 de outubro de 1945. Foi restituído à liberdade por ser abrangido pelo decreto 35045 de 18 de outubro de 1945 que concedeu amnistia e indulto a determinados crimes contra a segurança exterior e interior do Estado (Farinha, 1998: 81 e 264; ANTT, PIDE, E/010/63/12428).

84 Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Aljustrel integrado como independente nas listas do PRP. No entanto, teve sempre uma orientação conservadora, próxima dos movimentos monárquicos. Em 1969 foi candidato pela oposição, integrando a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) no círculo de Lisboa.

85 Em junho de 1926, após a instauração da Ditadura Militar e sob forte pressão dos trabalhadores, foi demitido do cargo de diretor dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. Desligou-se do Partido Republicano da Esquerda Democrática em junho de 1930 por discordâncias com o colega do Diretório (Cortês dos Santos). Em 9 de Agosto de 1945 passou a desempenhar funções no comando militar dos Açores. Nos dias 16 e 17 de outubro de 1945 presidiu a duas reuniões do MUD do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, que decorreram no Cine Jade, facto que motivou a sua exoneração do comando militar dos Açores em 26 de dezembro de 1945. Regressado ao continente foi-lhe instaurado um processo que culminou com a sua passagem compulsiva à reserva em 9 de fevereiro de 1946, por motivos políticos, quando ocupava o cargo de comandante de engenharia e tinha a patente de tenente-coronel (Queirós, 2008: 424; Benjamim, 2011: 143-186; PT/AHM/FO/033/1/442/1067).

86 Entre 24/10/1926 e 09/01/1927 foi um dos diretores do semanário *A Esquerda*, Semanário Órgão da Esquerda Democrática no Distrito de Évora. Opositor da Ditadura Militar. Foi preso em Évora no dia 6 de fevereiro de 1927 na sequência da revolução ocorrida nos dias anteriores. Conseguiu evadir-se e esteve exilado vários meses, regressando a Portugal em novembro de 1927 (Queirós, 2008: 178, 279, 328 e 384; Cf., Carta de Augusto Alves Rito para Bernardino Machado, datada em Paris em 28 de novembro de 1927. Fundação Mário Soares / DBG - Documentos Bernardino Machado).

Pedro Januário do Vale Sá Pereira⁸⁷.

Outro importante grupo de oposição provinha dos partidos republicanos conservadores, nomeadamente da União Republicana, do Partido Republicano Evolucionista, Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista, nomeadamente Alberto Jordão Marques da Costa⁸⁸, Joaquim Pedro

87 Quando se iniciou a Ditadura Militar integrava o diretório do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Foi preso no dia 2 de abril de 1929, conjuntamente com Manuel Gregório Pestana Júnior, por suspeitas de ser o chefe de uma organização civil contrária ao Governo (PT-TT-PIDE-E-005-430; PROCESSO CRIME PSE: PT-TT-PIDE-E-005-4308).

88 Após instauração da Ditadura Militar enveredou pela oposição à mesma, tendo começado imediatamente a sofrer penalizações: foi demitido do cargo de Reitor do Liceu André de Gouveia de Évora em agosto de 1926 e foi preso no Quartel de Artilharia n.º 1 de Évora entre 6 e 14 de fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de fevereiro de 1927. Nesse período liderava o Partido Republicano Nacionalista de Évora. Em dezembro de 1930 voltou a ser preso em Évora, sendo transferido para a esquadra da Lapa. A 16 de dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem, caso tentasse sair do país. Em fevereiro de 1932 foi novamente preso, sendo transferido para a prisão do Aljube em Lisboa. Em abril de 1932 foi transferido compulsivamente para o Liceu Sá da Bandeira, em Santarém. Conseguiu regressar ao Liceu de Évora em outubro de 1933 com o empenhamento de António Ginestal Machado e de Júlio Dantas. Foi ainda preso em meados da década de trinta quando se encontrava na propriedade (Quinta das Casas Altas, Boa Fé) do seu sogro Manuel da Silva Salgueiro. Pertenceu ao Grémio Republicano Eborense, fundado em janeiro de 1930, tendo sido eleito para a Comissão de Propaganda do Grémio. Permaneceu sempre na oposição ao Estado Novo e foi atentamente vigiado pela polícia política, que o classificava como pertencendo à «oposição crónica». De facto, participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945, as campanhas eleitorais de Norton de Matos em 1949 e de Humberto Delgado em 1958. Pertenceu ainda ao Diretório da Acção Democrato-Social na década de sessenta. Manteve um contacto próximo com os seus antigos colegas do Partido Republicano Nacionalista, como Júlio Dantas e António Ginestal Machado. No entanto, o político com o qual manteve maiores laços de amizade foi Pedro Góis Pitta. Na época em que este foi bastonário da Ordem dos Advogados (1957 a 1971), Alberto Jordão Marques da Costa foi vogal do respetivo Conselho Geral (*Democracia do Sul*, 09/02/1927: 1; *idem*, 12/01/1930: 1; *idem*, 10/04/1932; *idem*, 20/10/1933: 1; *O Bejense*, 19/04/1932, 1: 1; Arquivo PIDE/DGS, ANTT, Alberto Jordão Marques da Costa – Del. Do Porto, PI 10635, NT 3620; Del. Coimbra - PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195; Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 464; Baião, 2000: 115-152; Baião, 2015a: 417-464;

Martins⁸⁹, António Aresta Branco⁹⁰, Domingos Vítor Cordeiro Rosado⁹¹, Francisco Luís Tavares⁹², Eugénio Rodrigues Aresta⁹³,

Baião 2015b: 165-167).

89 Aderiu à Aliança Republicana Socialista em 1931 (*Diário de Lisboa*, 25/07/1931: 1).

90 Durante a Ditadura manteve proximidade com diversos grupos oposicionistas. Reuniu-se com outros opositores ao regime na casa de Norton de Matos em Algés no dia 25 de novembro de 1942 (ANTT, PIDE, Proc. 503, p. 441).

91 Aquando do “Movimento do 28 de maio de 1926” era presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora, tendo cessado funções em julho do mesmo ano. Foi um persistente opositor da Ditadura. Pertenceu ao Grémio Republicano Eborense, fundado em janeiro de 1930, tendo sido eleito para presidente da sua Assembleia Geral. Foi multado em 3 contos por ter presidido à sessão comemorativa do 31 de janeiro no Teatro Garcia de Resende, de Évora, em 1930, e esteve preso no Aljube para averiguações de carácter político entre 18 de dezembro de 1931 e 19 de janeiro de 1932. Foi aposentado compulsivamente durante o Estado Novo da Escola Comercial e Industrial de Évora pelas suas atividades e pensamentos subversivos (ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Cadastro n.º 184, Domingos Vítor Cordeiro Rosado; ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 451, ex. 4; Baião, 2000: 115-152; Baião, 2006: 99-123; Gameiro, 2011: 144; Gameiro 2014: 425-428; Baião, 2015a: 440-441). Em setembro de 1950 um relatório da PIDE considerava que Alberto Jordão Marques da Costa e Domingos Vítor Cordeiro Rosado eram “inimigos da ordem social estabelecida e ainda não modificaram a sua atitude” (ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 585).

92 Durante o Estado Novo manteve as suas ideias democráticas e liberais, sendo um opositor declarado deste regime. Integrou o MUD de Ponta Delgada em 1945 (Albergaria, 2010: 169-196).

93 Passou à oposição na sequência do triunfo da Ditadura Militar, sendo um dos conspiradores da frustrada revolta de 3 de fevereiro de 1927 que ocorreu no Porto. Ausentou-se sem licença desde 3 de fevereiro de 1927. Finda a revolta ficou preso na casa de reclusão da 1.ª Região Militar. No dia 8 de fevereiro foi enviado para o paquete Infante Sagres e nesse dia separado do serviço. Foi deportado para São Tomé em conjunto com os outros líderes do 3 de fevereiro (Sousa Dias, Fernando Freiria, entre outros), só regressando à metrópole no final de 1927. Durante a sua estadia em São Tomé escreveu um manuscrito ainda inédito: “Diário da Deportação”. Em 1927 foi redator do jornal clandestino «O Constitucional». Até ao início dos anos trinta esteve com residência fixa no norte de Portugal. Entre 1928 e 1932 passou a exercer a docência no ensino secundário até que, em 1933 foi amnistiado e reintegrado no Exército como capitão no Quartel-General da 1.ª Região Militar no Porto, nos termos do Decreto n.º 18252 de 26 de abril de 1930 e do Decreto n.º 21140 de 22 de abril de 1932. No entanto, nunca conseguiria ascender a coronel devido ao seu ideário político.

José do Vale de Matos Cid⁹⁴, António Lobo Aboim Inglês⁹⁵, Amaro Garcia Loureiro⁹⁶ e Jaime António Palma Mira⁹⁷. Destacaram-se

Em 1937 passou voluntariamente à reserva e dedicou-se exclusivamente à docência. Participou no Movimento de Unidade Democrática (1945-1948) e na campanha presidencial de Norton de Matos (1949). Foi um dos oradores convidados para o famoso comício de 23 de janeiro, no Centro Hípico da Fonte da Moura, na cidade do Porto. Porém, acabou por não discursar devido à falta de tempo. Era contrário ao entendimento entre a Oposição Democrática e o Partido Comunista Português (Processo Político do Capitão de Infantaria Eugénio Rodrigues Aresta. Movimento revolucionário de 1927FEV03. PT/AHM/FO/033/1/422/489; D’Aragão, 1980: 5-29; Baião, 2015b: 199-201).

94 No manifesto distribuído na revolta de fevereiro de 1927 figurava no futuro elenco governativo. Sob o regime da Ditadura Militar viria a aderir ao Grupo de Estudos Democráticos criado em 1931 (Farinha, 1998: 54).

95 Integrou o diretório e a Junta Consultiva do Partido Republicano Nacionalista entre 1926 e 1935. Participou numa conferência no Grémio Alentejano sobre a “Divisão da Terra” no dia 13 de agosto de 1932, sendo a conferência vigiada pela polícia (ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 465; Baião, 2015b: 181-182).

96 Após a instauração da Ditadura esteve envolvido nalgumas conspirações, tendo tomado parte no movimento revolucionário de 1934. Esteve preso em 1935 e 1936 e foi julgado pelo Tribunal Militar Especial de Lisboa em 9 de maio de 1936 (TT/PIDE/E/010/7/1210; AHM/FO/011/1/5/399; Rosas, 2009: 327; Baião, 2015b: 175).

97 Embora tenha dado apoio inicial ao “Movimento do 28 de maio”, como muitos outros membros do Partido Republicano Nacionalista, rapidamente se colocaria na oposição à Ditadura até à sua morte. Foi preso a 30/12/1931 e restituído à liberdade em 03/02/1932, com a fixação de residência em Lisboa. Voltou a ser preso em 30/10/1933, sendo transferido para o depósito de presos de Angra do Heroísmo em 19/11/1933. Foi restituído à liberdade em 23/05/1934. A 25/08/1938 voltou a ser preso para averiguações, recolhendo a uma esquadra na situação de incomunicável. A 29/08/1938 foi transferido para a cadeia do Aljube, sendo restituído à liberdade em 09/09/1938. Em 1945 ainda liderou durante algum tempo o MUD em Beja, mas viria a demitir-se devido à intromissão dos comunistas. Morreu em Beja em 22 de janeiro de 1947. Foi considerado um símbolo e um modelo para os membros da oposição bejense, dado o apoio financeiro e moral que concedeu aos presos políticos e às suas famílias. A tradição oral local relata que numa das muitas romagens à sua campa Luciano da Fonseca Aresta Branco, enquanto discursava terá dito: “Alerta Jaime, os chacais rodam a tua campa”. Estava a referir-se aos agentes da PIDE que vigiavam, razão suficiente para ser detido. (ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 455, [pt. 14/1]; ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: RGP 10616; PC 203/32; Proc. 1118/938; *O Bejense*, 04/03/1932: 1).

ainda nas atividades oposicionistas, Amílcar da Silva Ramada Curto⁹⁸ do Partido Socialista Português e Pedro Joaquim Fazenda⁹⁹ que integrou, entre outros, o Partido Centrista Republicano e a Federação Nacional Republicana.

10. Conclusão

Os deputados eleitos pelos círculos do Alentejo durante a I República tinham uma média de idade de 40 anos, próxima da média nacional que se situou nos 40,7 anos. Esta idade é mais baixa do que a média de idades dos deputados da maior parte dos países europeus no mesmo período, onde os deputados tinham de desempenhar uma série de cargos políticos locais antes de ascenderem a deputado, circunstância pouco relevante em Portugal.

A escolha de políticos com um vínculo de naturalidade, familiar ou profissional com o Alentejo foi importante no recrutamento e eleição de deputados nos círculos transtaganos durante a I República. No entanto, as ligações ao Alentejo foram-se tornando mais incipientes com o decorrer das várias legislações, demonstrando que os políticos de carreira com vínculos a Lisboa e às direções parti-

dárias foram ganhando relevância ao longo da I República.

Os deputados eleitos pelos círculos do Alentejo tinham uma formação académica elevada, uma vez que 89% tinham estudos superiores, um valor próximo da média nacional. Se a comparação for realizada com os países europeus no mesmo período, constatamos que há uma aproximação à realidade portuguesa em Espanha e Itália, mas à medida que vamos subindo para Norte, os valores são progressivamente mais baixos relativamente aos diplomados com cursos superiores nos respetivos parlamentos. As três formações estruturais dos deputados eleitos pelo Alentejo eram Direito, Medicina e Militar. Assim, não é de estranhar que as profissões preponderantes fossem as jurídicas (com destaque para os advogados), a médica e a militar: Ainda assim, havia ainda outra atividade com uma grande relevância na região, nomeadamente o proprietário rural, que gozava no Alentejo de uma posição destacada na hierarquia social. Pertencer à Maçonaria foi uma condição importante para ascender a deputado durante a I República. No caso dos deputados eleitos pelo Alentejo constatamos que 36,3% eram obreiros. Em todas as eleições legislativas 50% ou mais dos deputados pertenciam a esta organização, com exceção das eleições de 1918, durante o Sidonismo, em que apenas um deputado (5,6%) foi filiado nesta organização iniciática.

A implantação da República provocou uma significativa renovação da classe dirigente, uma vez que apenas 20% dos deputados tinham experiência política noutros órgãos de poder antes de terem sido eleitos pela primeira vez, embora a maioria tivesse já uma longa militância partidária, principalmente no Partido Republicano Português. Cerca de um quarto dos deputados eleitos pelo Alentejo exerceram o cargo de ministro ao longo da sua carreira política e um pouco mais de metade exerceram cargos políticos locais (governador civil, administrador do concelho, presidente e vereador da Câmara Municipal).

Mais de metade dos deputados eleitos nos círculos do Alentejo durante a I República representava o Partido Republicano Português. Contudo, alguns destes deputados acabariam por aderir posteriormente a outros partidos republicanos, principalmente após as eleições de 1911, quando se formou o quadro parti-

dário da primeira fase da I República, com o aparecimento do Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana. Nos anos seguintes o PRP continuou a ter uma forte preponderância, com exceção das eleições de 1918 em que não participou e nas eleições de 1921 que foram ganhas pelo Partido Republicano Liberal. Ainda assim, observa-se um crescimento progressivo dos partidos republicanos conservadores, do Partido Monárquico e do Centro Católico Português na fase final da I República.

A Ditadura Militar e o Estado Novo provocaram uma nova renovação nas elites políticas, embora menos significativa do que a ocorrida com a revolução republicana de 5 de outubro de 1910. Cerca de um quinto dos deputados eleitos nos círculos do Alentejo na I República tiveram responsabilidades políticas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo ao nível do poder local e nacional ou enquanto dirigentes da União Nacional. Provinham principalmente do Partido Monárquico, do Centro Católico Português, de partidos republicanos conservadores e, em menor número, do Partido Republicano Português. Em sentido contrário, verificamos que mais de um quinto dos deputados acabaria por ter um papel ativo na oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Este núcleo provinha essencialmente do Partido Republicano Português, dos partidos republicanos conservadores, do Partido Republicano da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Português.

98 Desempenhou o cargo de vogal do Conselho Superior de Finanças (1914-1926), órgão a que presidiu entre 15 de maio e 24 de julho de 1926, sendo nesta última data afastado pelo governo da Ditadura Militar. Fez oposição à Ditadura dentro do quadro legal e manteve-se na presidência do órgão central do Partido Socialista Português até meados dos anos 30. Foi membro da Comissão Central da Aliança Republicana e Socialista em 1931 (Farinha, 2014: 162-181).

99 Em 25 de Abril de 1929 foi preso, acusado de estar envolvido em conspirações contra o governo da Ditadura Militar. Nessa altura era professor do Liceu Pedro Nunes, em Lisboa. Em 16 de maio de 1929 teve de partir para Bragança, por lhe ter sido aí fixada residência. Participou na Revolta de 26 de agosto de 1931, sendo acusado de conspirar com vários políticos e militares. Em outubro de 1931 foi demitido do cargo de professor do Liceu Camões, acusado de crimes contra a segurança do Estado. Em 1935 encontrava-se fugido em Espanha, onde criou uma agência de notícias com Joaquim Novais Teixeira, com a qual difundiam notícias contra a Ditadura Portuguesa. Em 24 de abril de 1936 foi preso, sendo julgado no Tribunal Militar Especial em 9 de maio de 1936, que o considerou abrangido pela amnistia concedida pelo Decreto-Lei n.º 26.636, de 25 de maio de 1936 (ANTT, PVDE-Policias-Anteriores-3-NT-8903; Cadastro Político 3219; Processo 4308; Processo 183/935, do TME; PIDE-E-005-4308; *Diário de Lisboa*, 16/10/1931: 1; Rosas, 2009: 339).

Anexos: quadro com os deputados eleitos nos círculos do Alentejo

Deputados eleitos nos círculos do Alentejo / Eleições	1911	1913	1915	1918	1919	1921	1922	1925
Baltasar de Almeida Teixeira	1		1		1	1	1	1
Francisco Eusébio Lourenço Leão	1							
António José Lourinho	1							
Jorge Frederico Velez Caroço	1							
Abílio Baeta das Neves Barreto	1							
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	1		1	1		1		
Henrique José Caldeira Queiroz	1							
José Maria Pereira	1							
Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar	1		1					
Inocência Joaquim Camacho Rodrigues	1							
Júlio Augusto do Patrocínio Martins	1		1					
Artur Rovisco Garcia	1							
Manuel de Sousa da Câmara	1					1	1	1
António Afonso Garcia da Costa	1							
Joaquim Pedro Martins	1							
João Luís Ricardo da Silva	1		1					
Aureliano Lopes de Mira Fernandes	1							
Carlos António Calixto	1							
José Estêvão Pais de Vasconcelos	1							
José Jacinto Nunes	1							
José Miranda do Vale	1							
António Ladislau Piçarra	1							
Manuel de Brito Camacho	1		1		1	1	1	
Francisco Manuel Pereira Coelho	1							
Joaquim Lopes Portiheiro Júnior		1						
José Nunes Tierno da Silva		1						
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier		1	1		1	1	1	
Urbano Rodrigues		1	1					
António dos Santos Silva		1						
João Crisóstomo Antunes			1					
João José da Conceição Camoesas			1		1	1	1	1
Álvaro Poppe			1					
Amílcar da Silva Ramada Curto			1					
António Vicente Marçal Martins Portugal			1					
António Miguel de Sousa Fernandes			1	1				
Manuel Firmino da Costa			1					
António Aresta Branco			1		1			
Ernesto Jardim de Vilhena			1					
Francisco Alberto da Costa Cabral			1					
António Lino Neto				1				
José Adriano Pequito Rebelo				1				
António dos Santos Cidrais				1				
Alberto Sebes Pedro de Sá e Melo				1				
António Maria de Sousa Sardinha				1				
Alberto Malta de Mira Mendes				1				
Alfredo Augusto Cunhal Júnior				1				

Deputados eleitos nos círculos do Alentejo / Eleições	1911	1913	1915	1918	1919	1921	1922	1925
Victor Pacheco Mendes				1				
João Baptista de Almeida Arez				1				
António Duarte Silva				1				
Domingos Garcia Pulido				1				
José Féria Dórdio Teotónio				1				
Joaquim Nunes Mexia				1				1
António Luís da Costa Metelo Júnior				1				
Jorge Augusto Botelho Moniz				1				
Pedro Joaquim Fazenda				1				
Estêvão Augusto da Cunha Pimentel					1			
António Pais Rovisco					1			
Virgílio da Conceição Costa					1			
Plínio Octávio de Santana e Silva					1	1	1	
Alberto Jordão Marques da Costa					1		1	1
João Xavier Camarate de Campos					1			
José Garcia da Costa					1			
Manuel Eduardo da Costa Fragoso					1	1	1	1
Domingos Vítor Cordeiro Rosado					1			
José dos Santos Bandeira Monteiro					1			
Francisco Luís Tavares					1			
Francisco da Cunha Rego Chaves					1			
Liberato Damião Ribeiro Pinto					1			
Francisco da Silva Telo da Gama						1		
José Pais de Vasconcelos Abranches						1		
Francisco Cardoso de Lemos						1		
Jorge de Barros Capinha						1	1	
José Gomes de Carvalho de Sousa Varela						1		
Eugénio Rodrigues Aresta						1	1	
José do Vale de Matos Cid						1		1
Paulo Limpo de Lacerda						1	1	1
António Lobo Aboim Inglês						1		1
José Joaquim Gomes de Vilhena						1	1	1
António Correia							1	
Amaro Garcia Loureiro							1	
António Pais da Silva Marques							1	
Sebastião de Herédia							1	1
Pedro Januário do Vale Sá Pereira							1	
Mariano Martins							1	
Severino de Santana Marques								1
Rui de Andrade								1
Eduardo Fernandes de Oliveira								1
Francisco Cruz								1
José Rosado da Fonseca								1
Jaime António Palma Mira								1
Joaquim Toscano de Sampaio								1
Total	24	5	18	18	18	18	18	18

Fontes e Bibliografia

Fontes arquivísticas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

Fundo do Arquivo municipal de Évora:

- Actas da câmara municipal, n.º 820, 1934-1936;
- Actas da câmara municipal, n.º 822, 1937-1938;

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

- Secção IX, caixas 52 a 53; 90 a 93; 136 a 140; 225 a 231; 267-267 A; 277 a 280; 334 a 338; 384 a 388; 446 a 451.

ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro

- Maço 450, cx 3;
- Maço 451, cx 4;
- Maço 455, [pt. 14/1];
- Maço 464;

ANTT, Arquivo da PVDE/PIDE

- E/010/63/12428;
- Proc. 503;
- Cadastro 3219 – Pedro Joaquim Fazenda;
- PVDE-Policias-Anteriores-3-NT-8903;
- Processo 4308; Processo 183/935, do TME; PIDE-E-005-4308;
- Alberto Jordão Marques da Costa – Del. Do Porto, PI 10635, NT 3620; Del. Coimbra - PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195;
- Amaro Garcia Loureiro - TT/PIDE/E/010/7/1210;
- Cadastro n.º 184, Domingos Vítor Cordeiro Rosado;
- Proc. 585
- Pedro Januário do Vale Sá Pereira - PT-TT-PIDE-E-005-430; PROCESSO CRIME PSE : PT-TT-PIDE-E-005-4308;
- RGP 10616; PC 203/32; Proc. 1118/938

Arquivo Histórico Militar

- PT/AHM/FO/033/1/442/1067 (Processo Político do Tenente-Coronel de Engenharia Plínio Octávio de Santana e Silva);
- PT/AHM/FO/033/1/422/489 (Processo Político do Capitão de Infantaria Eugénio Ro-

drigues Aresta. Movimento revolucionário de 1927FEV03);

- PT/AHM/FO/011/1/5/399 (Processo Amaro Garcia Loureiro);

Fundação Mário Soares / DBG - Documentos Bernardino Machado

- Carta de Augusto Alves Rito para Bernardino Machado, datada em Paris em 28 de novembro de 1927.

Imprensa

Diário de Lisboa, 1923-1933;
Hora Nacional, 1935;
Democracia do Sul, 1926-1933;
Notícias de Évora, 1936
O Bejense, 1932;
O Século, 1909.

Fontes Impressas

Boletim do Partido Republicano Português. (1912), Lisboa: Tipografia Leiria.

Bibliografia

ALBERGARIA, Miguel Soares de (2010) - Francisco Luís Tavares Revisited. Do Liberalismo nos Açores Durante a I República e Outras Notas. *Atlântida*. vol. LV, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, p. 169–196.

ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira d' (2013) – *Católicos e Política na Crise do Liberalismo: O percurso de António Lino Neto (1873-1934)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento em História.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2013) – *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes da Câmara e Governadores Civis, 1936-2012*. Lisboa: e.book.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos (2006) – Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 27, p. 399-417.

BAIÔA, Manuel (2000) - *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*. Lisboa: Edições Cosmos.

BAIÔA, Manuel (2006) - O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites, *Análise Social*, ICS, Vol. XVI, N.º 178, p. 99-123.

BAIÔA, Manuel (2015a) – *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

BAIÔA, Manuel (2015b) – *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»: (anexos)*. [documento eletrónico], Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.

BAIÔA, Manuel (2020) - As eleições legislativas de 1925 no Alentejo, *Polis*. Lisboa, Universidade Lusíada, n.º 2 (II série), p. 9-29.

BAIÔA, Manuel (2021a) - As eleições legislativas de 1921 no Alentejo, *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11, n.º 1. p. 173-201.

BAIÔA, Manuel (2021b) - As eleições legislativas de 1922 no Alentejo, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 21, p. 305-327.

BENJAMIM, Pedro (2011) - A Oposição Democrática nos Açores Durante o Estado Novo (1933-1974) - Contribuição Para o Seu Estudo. *Atlântida* Revista do Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo. p. 143-186.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio (Edited by) (2000) - *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press.

BEST, Heinrich; GAXIE, Daniel (2000) - “Detours to Modernity: Long-Term Trends of Parliamentary Recruitment in Republican France 1848-1999” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative*

Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford: Oxford University Press, p. 88-137.

BEST, Heinrich; HAUSMANN, Christopher; SCHMITT, Karl (2000) - “Challenges, Failures, and Final Success: The Winding Path of German Parliamentary Leadership Groups towards a Structurally Integrated Elite 1848-1999” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 138-195.

CABRERA, Mercedes (dir.) (1998) - *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*. Madrid: Taurus.

CAMMARANO, Fulvio (2003) - “«Une occupation agréable et rentable»: recherche sur les députés de l’Italie libérale », In Mayeur, Jean-Marie; Chaline, Jean-Pierre; Corbin, Alain (sous la direction de). *Le Parlementaires de la Troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 399-410.

CASTILHO, José Manuel Tavares (2010) - *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República e Texto Editores.

CASTILHO, José Manuel Tavares. (2007) - *A Assembleia Nacional (1934-1974)*. Lisboa: ISCTE. Tese de doutoramento.

COTTA, Maurizio; MASTROPAOLO, Alfio; VERZICHELLI, Luca (2000) - “Parliamentary Elite Transformations along the discontinuous Road of Democratization. Italy 1861-1999” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 226-269.

CUNHA, Luís (2006) - *Memória Social em Campo Maior. Usos e percursos da fronteira*. Lisboa: Etnográfica Press.

D’ARAGÃO, Manuel (1980) - *Eugénio Aresta. Apontamentos de Biografia e de Bibliografia*. Porto.

FARINHA, Luís (1998) - *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Diadema e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa.

FARINHA, Luís (2014) - *Ramada Curto. Republicano, Socialista, Laico*. Lisboa: Assembleia da República.

FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel (coord.) (2009) - *António Lino Neto, Intervenções Parlamentares (1918-1926)*. Lisboa: Texto Editores e Assembleia da República.

FERREIRA, Nuno Estêvão Figueiredo Miranda, (2009) - *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*. Lisboa: ICS. Tese de doutoramento.

FREIRE, João (2010) - A Marinha e a República. *Ler História*, n.º 59, p. 227-247.

GAMEIRO, Fernando Luís (2011) - *Com engenho e arte. Ensino técnico em Évora durante a I República: a Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira*. Lisboa: Colibri.

GAMEIRO, Fernando Luís (2014) - *Elites e Educação. Itinerários escolares e percursos profissionais. Alentejo, séculos XIX e XX*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

GÓMEZ-NAVARRO, José Luis; MORENO LUZÓN, Javier; REY REGUILLO, Fernando del (1998) - “La elite parlamentaria entre 1914 y 1923”. In Cabrera, Mercedes (dir.) *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*. Madrid: Taurus, p. 103-142.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001) - *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2006) - *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

LEAL, Pedro Figueiredo (2021) - As eleições suplementares para a Câmara dos Deputados de 1913 no Alentejo. *Mediações*, Revista On-

Line da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal. Vol. 9, n.º 1, pp. 138-150.

LE MOS, Mário Matos e TORGAL, Luís Reis (coordenação e prefácio) (2009) - *candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*. Lisboa: Texto Editores.

LINZ, Juan J.; GANGAS, Pilar; JEREZ MIR, Miguel (2000) - “Spanish Diputados: From the 1876 Restoration to consolidated Democracy” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 371-462.

LOPES, António (2014) - “Maçonaria e República”. In Rollo, Maria Fernanda (Coordenadora Geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II, Lisboa: Assembleia da República, p. 731-740.

MAGONE, José M. (2000) - “Political Recruitment and Elite Transformation in Modern Portugal 1870-1999: The late Arrival of Mass Representation” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 341-370.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980) - *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coordenação de) (1991) - *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (Direção de), Vol. XI, Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coordenação de) (2000) - *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*. Porto: Edições Afrontamento.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) (1978) - *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

PEDERSEN, Mogens N. (2000) - “The Incremental Transformation of the Danish Legislative Elite: The party System as Prime Mover” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 29-49.

PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010) – *Beja. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.

PINTO, Ricardo Leite (2021) – “As eleições para a Assembleia Constituinte de 1911” In Moreira, Vital; Domingues, José (coord.) - *Dois séculos de constitucionalismo eleitoral em Portugal, 1820-2020. Atas da conferência*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, p. 423-458.

PIRES, Ana Paula (2014) - “Martins, Mariano (1880-1943)” In Rollo, Maria Fernanda (Coordenadora Geral) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume II, Lisboa: Assembleia da República, p. 786.

QUEIRÓS, António José (2008) - *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.

QUEIROZ, António José (2010) – As eleições legislativas de 1925. *História*. Revista da Faculdade de Letras. Porto. III Série, vol. 11, p. 63-94.

QUEIROZ, António José (2021) – *O Círculo Eleitoral de Penafiel (1911-1925)*. Penafiel: Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel.

RAVARA, António Pinto (1981) Acerca das Eleições de 1911, *Clio*. Lisboa: Vol. 3, p. 127-146.

ROLLO, Maria Fernanda (Coordenadora Geral), (2013) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 3 vols, Lisboa: Assembleia da República.

ROSAS, Fernando (Coordenação de) (2009) - *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

RUOSTETSAARI, Ilkka (2000) - “From Political Amateur to Professional Politician and Expert Representative: Parliamentary Recruitment in Finland since 1863” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 50-87.

RUSH, Michael; CROMWELL, Valerie (2000) - “Continuity and Change: Legislative Recruitment in the United Kingdom 1868-1999” In Best, Heinrich; Cotta, Maurizio (Edited by). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 463-492.

SILVA, Armando Malheiro da (2006). *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva (2002) – *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real*. Vila Real: e.Book.

VENTURA, António (1991) – *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.

VENTURA, António (2007) - *A Maçonaria no Distrito de Portalegre*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

VENTURA, António (2010) – *Portalegre. Roteiros Republicanos*. Matosinhos: Quidnovi.

VENTURA, António (2012) – *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*. 2.ª edição, Lisboa: Círculo de Leitores.

VENTURA, António (2013a) - “A Maçonaria no concelho de Montemor-o-Novo (1908-1911)”. In FONSECA, Jorge; FONSECA, Teresa (coord.). *Cinco Olhares sobre a República*. Lisboa: Edições Colibri / C. M. de Montemor-o-Novo, p. 9-23.

VENTURA, António (2013b) - *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

VENTURA, António (2019) - *A Maçonaria no Alto Alentejo (1821-1936)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019.